

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Conselheiros, Diretores e Associados da  
**Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis – APAE ANÁPOLIS.**  
Anápolis-GO



Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis – APAE ANÁPOLIS** ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, e as respectivas demonstrações do resultado período (superávit/déficit), das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil específica para Fundações e entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002) e Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Associação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Associação. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Base para Opinião com Ressalva

1. Não estávamos presentes por ocasião da realização do inventário físico dos **estoques** realizado em 31 de dezembro de 2015, não tendo nos certificados da exatidão das quantidades determinadas, mediante outros procedimentos de auditoria. O valor dos estoques em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$ 967 mil, mencionado na Nota Explicativa nº 07, contribui materialmente para a



# CÓPIA

**BRAVO'S**  
Pessoas Jurídicas de Anápolis/GO  
AUDITORES  
NO 134 / 123 #  
Eurípedes Barsanulfo Junqueira  
Oficial

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

determinação dos resultados das operações e alterações da posição financeira do exercício em 31 de dezembro de 2015. Destarte não podemos manifestar uma opinião conclusiva acerca dos aludidos valores.

- De acordo com a Nota Explicativa Nº 11, os Bens **Imobilizados** apresentam saldo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 2,87 milhões, permanecendo registrados pelo valor de custo de aquisição. A administração da entidade não elaborou estudo específico quanto à análise periódica da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("teste de **impairment**"), conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio da NBC TG 01 – "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", o que permitiria que fossem registradas as perdas de valor do capital aplicado quando comprovado que não poderiam produzir resultados suficientes para recuperação desse valor. A entidade não revisou a vida útil de seus ativos imobilizados, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e decidiu por manter a depreciação de seus ativos utilizando as taxas de depreciação sugeridas pela legislação fiscal vigente, que tende a não refletir a real vida útil desses ativos. A ausência dessas análises constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente, não foi possível avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos consignados no ativo imobilizado, assim como nos elementos componentes da demonstração do resultado do período e das mutações do patrimônio.

### Opinião com Ressalva


Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos descritos no parágrafo, "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Anápolis – APAE ANAPOLIS** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

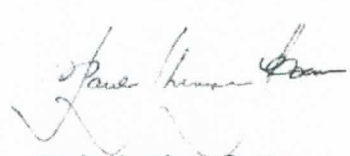
### Outros assuntos

#### Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações financeiras individuais encerradas em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação, foram por essa Auditoria examinadas de acordo com as normas de auditoria vigentes, por ocasião foi emitido Relatório de Auditoria, datado de 28 de julho de 2015, com opinião modificada com ressalvas sobre os seguintes assuntos: estoques e ativo imobilizado.

Anápolis-GO, 06 de maio de 2016.

  
**BRAVO'S** Auditores Independentes SS  
CRC – GO 1818/O-8  
**Marcelo Alejandro Galindo Bravo**  
CRC-GO 015750/O-4 | CNAI 3856  
Sócio-Responsável

  
**Paulo Henrique Coan**  
CRC-GO22011/O-4 | CNAI 3887

20 RTD  
RCPJ  
ANEXO  
H